

O Papel da Branquitude no Jornalismo: uma análise do portal G1¹

Laís da Rosa COELHO²

Rodolfo STANCKI³

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Paraná, PR

RESUMO

O racismo pode ser compreendido como um processo histórico, devido à formação estrutural da sociedade, que a partir da classificação racial de determinados grupos, estabeleceu as hierarquias sociais, a legitimidade na condução do poder estatal e as estratégias econômicas de desenvolvimento. Dessa forma, os diferentes processos de formação nacional dos Estados contemporâneos não foram produzidos por acaso, mas por projetos políticos (ALMEIDA, 2019, p. 53-56). A branquitude ainda é um conceito que está se desenvolvendo na sociedade, mas pode-se dizer que a branquitude é poder. Segundo Ruth Frankenberg, a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável no qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo (FRANKENBERG apud PIZA, 2002, p.71). De acordo com Cardoso (2008), a identidade racial branca é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e materiais palpáveis que colaboram para reprodução do preconceito racial, discriminação racial e o do racismo. Ao tratar a branquitude como uma ideia de invisibilidade e neutralidade, ser um sujeito branco passa a ser considerado como um sujeito universal e padrão normativo. Edith Piza (2002) conclui que não se trata da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliado a estereótipos sociais e morais, para uns, e a neutralidade racial para outros. Ao longo do tempo, houve tentativas de embranquecer o Brasil, por meio da ciência, filosofia, história e da política. O impacto disso foi tão grande, que até hoje o racismo age em inúmeras áreas da sociedade. Um país que possui mais da metade da população negra e parda e que possui dados negativos em todos os índices sociais é extremamente preocupante. O jornalismo como uma profissão que

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 16 a 18 de junho de 2022.

² Graduada do Curso de Jornalismo da PUCPR, e-mail: laisda_rosa@hotmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da PUCPR, e-mail: stancki@gmail.com.

possui um papel importante na formação de opinião pública, precisa ter um maior cuidado para não relacionar a imagem de pessoas não brancas com termos depreciativos, estereotipados e racistas. Neste trabalho, será verificado como a branquitude age na área do jornalismo. A partir dessa discussão, sobre pensar a branquitude na mídia, a problemática desta pesquisa se refere a: de que modo a mídia brasileira retrata pessoas brancas e não brancas no portal de notícias G1? Desta forma, o tema desta pesquisa é a branquitude no jornalismo e a abordagem de pessoas brancas e não brancas nas matérias de crimes. O objetivo geral é analisar como o portal de notícias G1 retrata pessoas brancas e não brancas nas matérias sobre crimes e violência. A partir disso, os objetivos específicos são: analisar a abordagem jornalística e visual das matérias, classificar a frequência em que pessoas não brancas foram pautadas, bem como compreender como a branquitude se identifica nas matérias jornalísticas. Para compreender os resultados encontrados nesta pesquisa, utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo que ajudou a identificar como a branquitude se manifesta nas matérias jornalísticas produzidas pelo portal G1. As primeiras duas seções irão contextualizar o leitor sobre os conceitos de raça e racismo, como o processo de branqueamento e miscigenação ocorreram no Brasil e outros fatores históricos e políticos que contribuíram para que a opressão sobre a população historicamente minorizada continuasse ao longo dos anos, por isso os autores Silvio Almeida (2019), Maria Aparecida Silva Bento (2002), Lourenço Cardoso (2008), Iray Carone (2002), Edith Piza (2002), Frantz Fanon (2008), Kabengele Munanga (1999), Abdias Nascimento (1978), Djamila Ribeiro (2019), Lia Vainer Schucman (2014), Neusa Santos Souza (1983), Tânia Muller e Lourenço Cardoso (2017) são importantes para o entendimento dessas questões. Dessa forma, o leitor poderá compreender melhor a abordagem do tema. A partir do entendimento sobre o que é branquitude, as seções quatro e cinco abordam questões sobre o jornalismo na construção das subjetividades e identidades e como esses fatores podem contribuir para a formação das leituras sociais, construção do imaginário social e a formação de estereótipos, na qual os autores Liv Sovik (2002-2009), João Gabriel do Nascimento (2012), Kátia Maheirie (2002), Stuart Hall (2006), Jorge Kanehide Ijuim (2009), Maria Aparecida Silva Bento (2009), Flávia Biroli (2009), Nemézio C. Amaral Filho (2010) e Nilson Lage (2001) foram importantes para o entendimento dessas seções. Ao longo do tempo, a hierarquia social

se apresenta e atribui privilégios materiais e simbólicos a quem está no topo: os brancos. Por isso, foi feita uma análise para descobrir como isso reflete no jornalismo, pois segundo Bardin (1977) a análise de conteúdo pode ser utilizada como um instrumento de indução para se investigar as causas a partir dos efeitos. Assim, foram analisadas as matérias jornalísticas em um período de seis meses intercalados durante o ano de 2020. Sabendo que o portal de notícias produz conteúdos jornalísticos 24h por dia, optou-se escolher uma semana de cada mês intercalado para a análise. Considerando o mês com quatro semanas. O critério de inclusão e exclusão utilizado para selecionar as matérias serviu para evitar induzir a escolha deliberada das mesmas. Por isso, foi utilizada a ferramenta de busca do portal G1, para que fosse realizado um tipo de filtro. Pesquisando por “crimes Curitiba”, as matérias que envolvessem Curitiba ou Região Metropolitana foram selecionadas. Optou-se por pesquisar “crimes Curitiba”, como critério de inclusão, principalmente por serem palavras neutras e que não fossem tendenciosas. Assim, matérias que não envolvessem Curitiba ou região, foram descartadas. A escolha da semana se iniciou pela segunda semana de janeiro de 2020, justamente para fugir das influências dos eventos e das grandes festividades de começo de ano. De forma padronizada e menos tendenciosa possível, as semanas foram contadas de sete em sete dias. Assim, seguiu-se para a terceira semana de março, quarta semana de maio, primeira semana de julho, segunda semana de setembro e por fim, terceira semana de novembro. O objetivo é analisar a mensagem produzida pelo emissor por meio de uma categorização para trabalhar com um método interpretativo, de caráter qualitativo, para conseguir encontrar indícios a serem investigados. Depois da escolha do período, optou-se analisar as matérias por meio de categorias. As categorias de análise foram separadas em: contexto, estereótipo e fenótipo (se em algum momento é citada a cor ou características físicas do sujeito), contendo também uma verificação do contexto, fontes e recursos visuais que foram utilizadas nas matérias jornalísticas. Para Bardin (1979), a categorização tem como primeiro objetivo fornecer uma representação simplificada dos dados brutos. Desse modo, todas as matérias selecionadas foram colocadas em um quadro contendo as separações em: título, contexto, estereótipo, fenótipo, fontes e recursos visuais. Depois que as matérias foram selecionadas a partir do período escolhido e organizadas nas tabelas por mês e semana, todas foram analisadas conforme a categorização dita anteriormente. Dessa forma, foi possível ter

uma análise subjetiva e interpretativa em relação a cada indício na mensagem. Por fim, observou-se que há uma diferença de tratamento entre pessoas brancas e não brancas nas matérias jornalísticas, além de existir uma diferenciação em relação à classe social dos sujeitos. A partir da análise dos conteúdos produzidos pelo portal G1, pode-se perceber que as matérias apenas citam o fenótipo dos sujeitos, quando pautam pessoas negras. Quando citam os sujeitos, reforçam que os outros personagens da matéria são brancos. Ou seja, em nenhuma matéria citam a cor dos sujeitos brancos, mas quando citam um sujeito negro, sentem a necessidade de citar que a cor do outro sujeito é branco. Não citar a cor dos sujeitos brancos em nenhuma matéria, que não envolva sujeitos negros, pardos, indígenas ou amarelos, reforça a ideia de normatividade e hegemonia dos sujeitos brancos. Em algumas matérias foi citado o cargo e a classe social dos suspeitos do crime. Observa-se que os termos incriminatórios como “bandido”, “ladrões” só é utilizado para se referir quando não são pessoas públicas e que não possuem cargos públicos destacados. Quando se referem a pessoas “desconhecidas” ou que não possuem um “status” na sociedade, os termos incriminatórios são encontrados. Percebe-se uma humanização dos crimes cometidos por jovens de classe média em uma das matérias analisadas. A classe social também aparece nesse caso, tanto no corpo do texto, como na fala de um dos delegados do caso. Compreende-se que pelos jovens estarem cursando Direito e Gastronomia e por terem condições econômicas suficientes, não teriam motivos para cometerem crimes. A mídia em geral é branca, de classe média e fala para brancos de classe média e alta. Não dar atenção a esses casos é contribuir para que as engrenagens da branquitude que oferecem privilégios simbólicos e materiais para os sujeitos brancos, continuem acontecendo. Entender esses casos como fruto da branquitude é entender como o racismo é estrutural e como as pessoas pretas, pardas, indígenas, amarelas e etc, são vistas e representadas nos conteúdos jornalísticos nacionais. Compreender como esse sistema funciona, pode contribuir para expandir pesquisas, estudos e análises que possuem conteúdos relacionados ao racismo e a branquitude na área do jornalismo, para que não seja um espaço voltado majoritariamente para sujeitos brancos e de elite. É preciso que o jornalismo seja escrito e tenha a voz da diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: branquitude; jornalismo; racismo.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Jandaíra. São Paulo. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edição 70. São Paulo. 1977. Disponível em: <https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitativ%20e%20qualitativ%20-%20IFES/Livros%20de%20Metodologia/10%20-%20Bardin,%20Laurence%20-%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%BAdo.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007). 2008. f. 232. Programa de Mestrado e Doutorado “Pós- Colonialismos e Cidadania Global”. Coimbra. Disponível em: <https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504811/bytestreams/content/content?filename=LOUREN%C3%87O+DA+CONCEI%C3%87%C3%83O+CARDOS+O.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

PIZA, Edith. Narcisismo e Brancura. *In*: BENTO, Maria Aparecida Silva, CARONE, Iray. **Psicologia Social do Racismo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2002. cap. 2, p. 42 e 71.